

SUMÁRIO

LIVRO I

INTRODUÇÃO E PARTE GERAL

Capítulo I

CARACTERIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO 41

I.	INTRODUÇÃO	41
II.	DEFINIÇÃO	42
III.	DENOMINAÇÃO	44
IV.	CONTEÚDO	47
V.	FUNÇÕES	49
VI.	ABRANGÊNCIA DA ÁREA JURÍDICO-TRABALHISTA	54
VII.	DIVISÃO INTERNA DO DIREITO DO TRABALHO	56
1.	Segmento em Destaque: Direito Constitucional do Trabalho	57
2.	Segmento em Destaque: Direito Internacional do Trabalho	60
3.	Segmento em Destaque: Direito Ambiental do Trabalho	61
VIII.	CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DO TRABALHO – SÍNTESE	63
IX.	TEMAS RECORRENTES: FLEXIBILIZAÇÃO E DESREGULAMENTAÇÃO TRA- BALHISTAS	64
1.	Flexibilização Trabalhista e Desregulamentação Trabalhista: aspectos gerais	65
2.	A Reforma Trabalhista feita pela Lei n. 13.467/2017 e Subsequentes Políticas Públicas Precarizantes	69

Capítulo II

AUTONOMIA E NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DO TRABALHO 73

I.	INTRODUÇÃO	73
II.	AUTONOMIA	73
III.	NATUREZA JURÍDICA	76
IV.	RELAÇÕES DO DIREITO DO TRABALHO COM OUTROS CAMPOS DO DIREITO	80
1.	Relações com o Direito Constitucional	81
2.	Relações com Princípios Gerais de Direito e de Outros Ramos Jurídicos	82
3.	Relações com o Direito Civil	83
4.	Relações com o Direito Previdenciário (ou Direito da Seguridade Social)	85
5.	Direito do Trabalho e Direitos Humanos	86

Capítulo III

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO 89

I.	INTRODUÇÃO	89
II.	ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DO TRABALHO – PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS	89
III.	POSICIONAMENTO DO DIREITO DO TRABALHO NA HISTÓRIA	91
IV.	PROCESSO DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	94
V.	FASES HISTÓRICAS DO DIREITO DO TRABALHO	99
1.	Manifestações Incipientes ou Esparsas	100
2.	Sistematização e Consolidação	101
3.	Institucionalização do Direito do Trabalho	103
4.	Crise e Transição do Direito do Trabalho	104
VI.	MODELOS PRINCIPAIS DE ORDENS JURÍDICAS TRABALHISTAS	106
1.	Parâmetros dos Modelos Justrabalistas Democráticos	106
2.	Parâmetros do Modelo Justrabalista Autoritário	108

3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares	109
4. Constituição de 1988 e o Modelo de Normatização Privatística Subordinada: novas reflexões	110
5. A Reforma Trabalhista Brasileira de 2017: sentido jurídico	113

Capítulo IV

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL 119

I. INTRODUÇÃO	119
II. PECULIARIDADES DAS AMÉRICAS E, EM PARTICULAR, DO BRASIL, COM RESPEITO À FORMAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO	120
III. PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO – FASES EM DESTAQUE	123
IV. FASE DE FORMAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL	124
1. Período Colonial (1500-1822)	124
2. Período Monárquico (1822-1889)	127
3. Período da Primeira República (1889-1930)	131
V. FASE DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	137
1. Período da Segunda República (1930-1945): estruturação do sistema trabalhista brasileiro	137
2. Período da Terceira República (1945-1964): inovações e continuidades	143
2. Período da Ditadura Militar-Civil (1964-1985)	145
VI. FASE DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA DO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO: A CONSTITUIÇÃO DE 1988	148
1. Paradigma do Constitucionalismo Humanista e Social	149
2. Arquitetura Democrática Constitucional Brasileira de 1988	150
3. Institutos Trabalhistas Contraditórios Preservados em 1988 e seu Enfrentamento nos Anos Seguintes à Promulgação da Nova Constituição	158
4. Crise Cultural: desregulamentação e flexibilização	161
VII. A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 (LEI N. 13.467/17) E POLÍTICAS PÚBLICAS PRECARIZANTES SUBSEQUENTES	163

*Capítulo V***ORDENAMENTO JURÍDICO TRABALHISTA 169**

I.	INTRODUÇÃO	169
II.	FONTES DO DIREITO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	169
1.	Conceito	169
2.	Classificação	170
III.	FONTES FORMAIS JUSTRABALHISTAS: TIPOS JURÍDICOS	176
IV.	FONTES HETERÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO	177
1.	Constituição	177
2.	Lei (e Medida Provisória)	185
3.	Tratados e Convenções Internacionais	187
4.	Regulamento Normativo (Decreto)	191
5.	Portarias, Avisos, Instruções, Circulares	192
6.	Sentença Normativa	193
V.	FONTES AUTÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO	196
1.	Convenção Coletiva de Trabalho e Acordo Coletivo de Trabalho	196
2.	Contrato Coletivo de Trabalho	200
3.	Usos e Costumes	201
VI.	FIGURAS ESPECIAIS	203
1.	Figuras Justrabalhistas Especiais	203
3.	Referências Finais	212
VII.	HIERARQUIA ENTRE AS FONTES JUSTRABALHISTAS	213
1.	Hierarquia Normativa: teoria geral	214
2.	Hierarquia Normativa: especificidade justrabalhista	214
3.	Aplicação da Teoria Especial Trabalhista	216
4.	A Lei n. 13.467/2017 e a Hierarquia Normativa Trabalhista	221

*Capítulo VI***PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO 223**

I.	INTRODUÇÃO	223
----	------------------	-----

1. Ciência e Princípios	224
2. Direito e Princípios	224
II. PRINCÍPIOS DE DIREITO: FUNÇÕES E CLASSIFICAÇÃO	225
1. Fase Pré-jurídica ou Política	226
2. Fase Jurídica	226
III. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO TRABALHO	229
1. Princípios Constitucionais do Trabalho	230
2. Princípios da Ordem Econômica	231
IV. PRINCÍPIOS JURÍDICOS GERAIS APLICÁVEIS AO DIREITO DO TRABALHO – ADEQUAÇÕES	232
1. Princípios Gerais – adequações	232
2. Máximas e Brocardos Jurídicos	234
V. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS AO DIREITO DO TRABALHO	235
VI. PRINCÍPIOS DE DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	236
1. Núcleo Basilar de Princípios Especiais	237
2. Princípios Justrabalhistas Especiais Controvertidos	250
VII. INDISPONIBILIDADE DE DIREITOS: RENÚNCIA E TRANSAÇÃO NO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	253
1. Diferenciação de Figuras	253
2. Extensão da Indisponibilidade	254
3. Requisitos da Renúncia e Transação	256

Capítulo VII

INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

259

I. INTRODUÇÃO	259
II. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	259
1. A Interpretação no Conhecimento Humano	259
2. A Interpretação no Direito	261
3. Hermenêutica Jurídica	262

4. Disfunções no Processo Interpretativo	276
III. INTEGRAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	278
1. Conceituação	278
2. Tipos de Integração Jurídica	280
3. Procedimento Analógico	281
IV. APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	281
1. Conceituação	281
2. Aplicação do Direito do Trabalho no Tempo	282
3. Aplicação do Direito do Trabalho no Espaço	287

Capítulo VIII

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO	293
I. INTRODUÇÃO	293
II. DISTINÇÕES CORRENTES	295
1. Decadência <i>versus</i> Prescrição	295
2. Preclusão <i>versus</i> Prescrição	296
3. Perempção <i>versus</i> Prescrição	296
III. A DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO	297
IV. CAUSAS IMPEDITIVAS, SUSPENSIVAS E INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO	298
1. Causas Impeditivas e Causas Suspensivas	299
2. Causas Interruptivas	299
V. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS IMPEDITIVAS E SUSPENSIVAS	300
1. Fatores Tipificados	301
2. Outros Fatores Atuantes	302
VI. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS INTERRUPTIVAS	303
VII. NORMAS ESPECÍFICAS À PRESCRIÇÃO TRABALHISTA	305
1. Prazos Prescricionais	306
2. Termo Inicial de Contagem da Prescrição	315
3. Arguição da Prescrição: legitimidade e momento	321
4. Prescrição Intercorrente	325
VIII. PRESCRIÇÃO: ESPECIFICIDADES TRABALHISTAS E NOVA COMPETÊNCIA AMPLIADA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	327

LIVRO II**DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO***Capítulo IX***RELAÇÃO DE EMPREGO – CARACTERIZAÇÃO 331**

I.	INTRODUÇÃO	331
II.	CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO	333
	1. Distinções na História do Direito	333
	2. Critérios de Caracterização da Relação Empregatícia	335
III.	VALIDADE JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO: ELEMENTOS JURÍDICO-FORMAIS DO CONTRATO EMPREGATÍCIO	351
IV.	NATUREZA JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO	354
	1. Teorias Contratualistas Tradicionais	355
	2. Teoria Contratualista Moderna	358
	3. Teorias Acontratualistas	360

*Capítulo X***RELAÇÕES DE TRABALHO LATO SENSU 365**

I.	INTRODUÇÃO	365
II.	EXCLUDENTE LEGAL DA FIGURA DO EMPREGADO – VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA	367
	1. Servidores Administrativos	367
	2. Servidores Irregulares	368
III.	CONTRAPONTO ESTÁGIO <i>VERSUS</i> RELAÇÃO DE EMPREGO	369
	1. Estágio – caracterização tradicional (Lei n. 6.494/1977)	370
	2. Estágio – nova caracterização (Lei n. 11.788/2008)	372
	3. Estágio: avaliação crítica	380
IV.	A QUESTÃO DAS COOPERATIVAS	382
	1. A Lei n. 8.949, de 1994	382
	2. A Lei n. 12.690, de 2012	387

V.	TRABALHO AUTÔNOMO	390
1.	Prestação de Serviços e Empreitada	393
2.	Pacto Autônomo e Risco Contratual	394
3.	Pequena Empreitada: especificidade	395
VI.	TRABALHO EVENTUAL	396
VII.	TRABALHO AVULSO	398
1.	Trabalho Avulso Portuário	399
2.	Trabalho Avulso Não Portuário	402
VIII.	TRABALHO VOLUNTÁRIO	404
IX.	MÃE SOCIAL	408
X.	TRABALHO DE TRANSPORTE DE PESSOAS E COISAS MEDIANTE SISTEMAS TECNOLÓGICOS DE PLATAFORMAS DIGITAIS: ENQUADRAMENTO JURÍDICO ..	410

Capítulo XI

O EMPREGADO 415

I.	INTRODUÇÃO	415
II.	EMPREGADOS DE FORMAÇÃO INTELECTUAL: TRATAMENTO JUSTRABA- LHISTA	416
1.	Princípio Constitucional Antidiscriminatório	416
2.	Constituição de 1988 e Regulação de Profissões: compatibilização ..	418
III.	ALTOS EMPREGADOS: SITUAÇÕES ESPECÍFICAS E TRATAMENTO JUSTRA- BALHISTA	419
1.	Cargos ou Funções de Confiança ou Gestão: regra geral	420
2.	Cargos ou Funções de Confiança: especificidade bancária	425
3.	Diretores Empregados	426
4.	Socioempregado: hipóteses jurídicas	430
5.	Empregados Portadores de Diploma de Nível Superior e que Per- cebam Salário Igual ou Superior à Dobra do Teto de Benefícios do INSS: segregação jurídica	433
IV.	EMPREGADO DOMÉSTICO	435
1.	Definição	435

2.	Estrutura da Relação Empregatícia Doméstica	436
3.	Direitos Trabalhistas Estendidos aos Domésticos	445
4.	Parcelas Trabalhistas Controvertidas Antes da LC n. 150/2015	451
5.	A Nova Regência Normativa da LC n. 150/2015	458
6.	Peculiaridades Rescisórias: rito e multa	464
7.	Fiscalização Trabalhista e Multa Administrativa	466
8.	Contrato de Trabalho Doméstico e Lei de Reforma Trabalhista	467
9.	Convenção 189 da OIT e Recomendação 201 da OIT	468
V.	EMPREGADO RURAL	469
1.	Evolução Jurídica	469
2.	Caracterização do Empregado Rural	473
3.	Caracterização do Empregador Rural	476
VI.	O INDÍGENA COMO EMPREGADO	480
VII.	EMPREGADO APRENDIZ	481

Capítulo XII

O EMPREGADOR 483

I.	INTRODUÇÃO	483
II.	EMPREGADOR – CARACTERIZAÇÃO	484
1.	Despersonalização	485
2.	Assunção dos Riscos (Alteridade)	486
3.	Empresa e Estabelecimento	490
III.	GRUPO ECONÔMICO PARA FINS JUSTRABALHISTAS	491
1.	Definição	491
2.	Objetivos da Figura	492
3.	Caracterização do Grupo Econômico	492
4.	Solidariedade Resultante do Grupo Econômico	496
5.	Aspectos Processuais	499
IV.	SUCCESSÃO DE EMPREGADORES	500
1.	Definição e Denominação	500

2. Sucessão Trabalhista: caracterização	501
3. Requisitos da Sucessão Trabalhista	504
4. Fundamentos da Sucessão Trabalhista	508
5. Abrangência da Sucessão Trabalhista	509
6. Efeitos da Sucessão Trabalhista	513
7. Natureza Jurídica da Sucessão Trabalhista	516
V. EMPREGADORES EM DESTAQUE	518
1. Empregador Estatal	518
2. Cartório Extrajudicial	523
3. Consórcio de Empregadores	524

Capítulo XIII

TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA	527
I. INTRODUÇÃO	527
II. NORMATIVIDADE JURÍDICA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO	530
1. Legislação Heterônoma Estatal	531
2. Constituição de 1988	538
3. Reforma Trabalhista: Lei n. 13.467/2017	540
III. JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO	545
1. Evolução Jurisprudencial Trabalhista (1980-2018): síntese	545
2. Súmula 331/TST: terceirização lícita x ilícita	548
3. Efeitos Jurídicos da Terceirização (Súmula 331 do TST)	551
4. Especificidade da Administração Pública	554
IV. JURISPRUDÊNCIA DO STF SOBRE TERCEIRIZAÇÃO	559
V. TERCEIRIZAÇÃO POR MEIO DO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO	561
1. Trabalho Temporário: caracterização	561
2. Hipóteses de Pactuação	563
3. Formalidades e Prazos	564
4. Direitos da Categoria Temporária	565
5. Trabalho Temporário e Salário Equitativo	567

VI. TERCEIRIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE	568
1. Responsabilidade na Terceirização: regra geral	568
2. A Responsabilização das Entidades Estatais Terceirizantes	570
VII. ASPECTOS PROCESSUAIS	573
1. Competência	573
2. Litisconsórcio Passivo	574

Capítulo XIV

RESPONSABILIDADE POR VERBAS TRABALHISTAS 577

I. INTRODUÇÃO	577
II. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR E ENTES INTEGRANTES DO GRUPO ECONÔMICO	577
III. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO	579
1. Panorama Normativo	579
2. Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica	580
3. Dimensões da Responsabilidade do Sócio	583
4. Aspectos Processuais Relativos à Desconsideração da Personalidade Jurídica	586
IV. RESPONSABILIDADE PELO TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTROS TIPOS DE TERCEIRIZAÇÃO	588
V. RESPONSABILIDADE DO SUBEMPREGADO	590
VI. RESPONSABILIDADE DO DONO DA OBRA NOS CONTRATOS DE EMPREI- TADA	591
VII. RESPONSABILIDADE NOS CONSÓRCIOS DE EMPREGADORES	595

Capítulo XV

CONTRATO DE TRABALHO – CARACTERIZAÇÃO, MORFOLOGIA E NULIDADES. CONTEÚDO CONTRATUAL – PECULIARIDADES. O SISTEMA DE COTAS NO CONTRATO DE TRABALHO 599

I. INTRODUÇÃO	599
II. ASPECTOS CONCEITUAIS DO CONTRATO DE TRABALHO	600
1. Definição	600

2. Denominação	601
3. Caracteres	602
III. MORFOLOGIA DO CONTRATO (ELEMENTOS CONSTITUTIVOS)	606
1. Elementos Essenciais (Jurídico-formais) do Contrato	608
2. Elementos Naturais do Contrato	615
3. Elementos Acidentais do Contrato: condição e termo	616
IV. VÍCIOS E DEFEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO – NULIDADES	616
1. Teoria Trabalhista de Nulidades	617
2. Tipos de Nulidades	621
3. Nulidade e Prescrição	622
V. CONTEÚDO CONTRATUAL – ABRANGÊNCIA E PECULIARIDADES. O SISTEMA DE COTAS NO CONTRATO DE TRABALHO	623
1. Conteúdo Contratual: abrangência e peculiaridades	623
2. O Sistema de Cotas no Contrato de Trabalho	624

Capítulo XVI

CONTRATO DE TRABALHO – MODALIDADES	629
I. INTRODUÇÃO	629
II. CONTRATOS EXPRESSOS E CONTRATOS TÁCITOS	629
III. CONTRATOS INDIVIDUAIS E CONTRATOS PLÚRIMOS. A EXPRESSÃO CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO. CONTRATO DE EQUIPE	631
1. Distinções	631
2. A Expressão Contrato Coletivo de Trabalho	632
3. Contratos Plúrimos e de Equipe	633
IV. CONTRATOS POR TEMPO INDETERMINADO	634
1. Aspectos Gerais	634
2. Efeitos Específicos do Contrato por Tempo Indeterminado	635
V. CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO (A TERMO)	638
1. Hipóteses de Pactuação	638
2. Meios de Fixação do Termo Final	641

3. Prazos Legais	643
4. Prorrogação e Sucessividade Contratuais	643
5. Indeterminação Contratual Automática (“Novação”)	644
6. Efeitos Rescisórios nos Contratos a Termo	645
7. Suspensão e Interrupção nos Contratos a Termo. Garantias de Emprego e Contratos a Termo	648
8. Contratos a Termo: forma e prova	651
9. O Tempo de Serviço nos Contratos a Termo	652
VI. O CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE	655
VI. PARALELISMO OU CONCOMITÂNCIA CONTRATUAL – CARACTERIZAÇÃO E EFEITOS JURÍDICOS	657

Capítulo XVII

TIPOS DE CONTRATOS A TERMO 659

I. INTRODUÇÃO	659
II. TIPOS CLÁSSICOS DE CONTRATOS A TERMO	660
1. Contrato de Experiência	660
2. Contrato de Safra	665
3. Contrato de Obra Certa	668
4. Contrato por Temporada	670
5. Contrato de Aprendizagem (Empregado Aprendiz)	671
III. UMA ESPECIFICIDADE ENTRE OS CONTRATOS A TERMO: O CONTRATO PROVISÓRIO DA LEI N. 9.601/1998	674
1. Caracterização do Contrato Provisório de Trabalho	675
2. Lei n. 9.601, de 1998: reflexões complementares	681

Capítulo XVIII

CONTRATO DE TRABALHO E CONTRATOS AFINS 687

I. INTRODUÇÃO	687
II. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	688
III. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE EMPREITADA	689

IV.	CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE MANDATO	692
V.	CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PARCERIA RURAL	693
VI.	CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE SOCIEDADE	695
VII.	CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E/OU CONTRATO DE AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO	697
1.	Representação Comercial e/ou Agência e Distribuição: dinâmica jurídica	698
2.	Representação Mercantil e/ou Agência e Distribuição <i>versus</i> Contrato Empregatício: contrapontos	699
3.	Empregado Vendedor: regras próprias	702

Capítulo XIX

EFEITOS DOS CONTRATOS DE TRABALHO: PRÓPRIOS E CONEXOS. AS INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS E MATERIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	709
---	------------

I.	INTRODUÇÃO	709
II.	EFEITOS CONTRATUAIS PRÓPRIOS	710
1.	Obrigações do Empregador	710
2.	Obrigações do Empregado	711
3.	Poder Empregatício como Efeito do Contrato	711
III.	EFEITOS CONEXOS: DIREITOS INTELECTUAIS	711
1.	Direitos Intelectuais: modalidades e natureza	712
2.	Direitos da Propriedade Industrial e Contrato de Emprego	712
IV.	EFEITOS CONEXOS: INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS E MATERIAIS SOFRIDOS PELO EMPREGADO	715
1.	Indenização por Dano Moral, Inclusive Estético, ou Dano à Imagem	716
2.	Lesões Acidentárias: dano material, dano moral, dano estético	718
3.	Responsabilidade Indenizatória: requisitos	720
4.	Aferição do Dano Moral, Estético ou à Imagem e Respectivo Valor Indenizatório	725
5.	Aferição do Dano Material e Respectivo Valor Indenizatório	730

6. Competência Judicial	732
7. Regra Prescricional	735
V. EFEITOS CONEXOS: O UNIVERSO DA PERSONALIDADE DO TRABALHADOR E A TUTELA JURÍDICA EXISTENTE	737
1. Direitos da Personalidade do Trabalhador: universo jurídico	737
2. Direitos da Personalidade do Trabalhador e Poder Empregatício: contrapontos e harmonização de princípios, regras e institutos jurídicos	738
3. Dano Moral na Relação de Emprego: situações em destaque	739
VI. REFORMA TRABALHISTA: DANOS EXTRAPATRIMONIAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	758

Capítulo XX

O PODER NO CONTRATO DE TRABALHO – DIRETIVO, REGULAMENTAR, FISCALIZATÓRIO, DISCIPLINAR

763

I. INTRODUÇÃO	763
II. PODER EMPREGATÍCIO: CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO	764
1. Conceituação	764
2. Caracterização	765
III. FUNDAMENTOS DO PODER EMPREGATÍCIO	771
1. Fundamentos Doutrinários	772
2. Fundamentos Legais	778
IV. NATUREZA JURÍDICA DO PODER EMPREGATÍCIO	779
1. Concepções Tradicionais	780
2. Teoria da Relação Jurídica Contratual Complexa	785
V. O PODER DISCIPLINAR	788
1. Fundamentos	788
2. Infrações Características	791
3. Penalidades Características	794
4. Critério de Aplicação de Penalidades (Requisitos Incidentes)	798
5. Intervenção Judicial	803
6. Poder Disciplinar e Direito Obreiro de Resistência	805

VI. PODER EMPREGATÍCIO: ENTRE A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A REFORMA TRABALHISTA DE 2017	806
1. Direitos da Personalidade do Trabalhador e Poder Empregatício: contrapontos e harmonização de princípios, regras e institutos jurídicos	806
2. A Reforma Trabalhista de 2017 e o Recrudescimento do Poder Empregatício	807

Capítulo XXI

REMUNERAÇÃO E SALÁRIO	809
I. INTRODUÇÃO	809
II. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO: DISTINÇÕES	809
1. Salário: definição	809
2. Remuneração: definição e distinções	810
3. Remuneração: nova regulação das gorjetas	813
III. SALÁRIO: DENOMINAÇÕES	816
1. Denominações Impróprias	817
2. Denominações Próprias	820
IV. SALÁRIO: COMPOSIÇÃO E DISTINÇÕES	823
1. Composição do Salário (Parcelas Salariais)	824
2. Parcelas Salariais Dissimuladas	825
V. PARCELAS NÃO SALARIAIS	827
1. Classificação Segundo a Natureza Jurídica	828
2. Classificação Segundo a Origem (ou Devedor Principal)	839
VI. CARACTERES DO SALÁRIO	840
VII. CLASSIFICAÇÃO DO SALÁRIO	846
1. Tipologias Principais	847
2. Modos de Aferição Salarial: tipos de salário	848
VIII. MEIOS DE PAGAMENTO SALARIAL: SALÁRIO-UTILIDADE	852
1. Caracterização do Salário-utilidade	852
2. O Papel da Norma Jurídica Concessora da Utilidade	858

3.	Rol de Utilidades Pertinentes	860
4.	Repercussões da Utilidade no Contrato de Trabalho	860
5.	Especificidades do Salário <i>In Natura</i> no Campo	863
6.	Especificidades do Salário <i>In Natura</i> nos Contratos Domésticos	865
IX.	PARCELAS SALARIAIS: MODALIDADES ESPECIAIS DE SALÁRIOS	866
1.	Salário Básico	866
2.	Abono	867
3.	Adicionais	869
4.	Gratificações	872
5.	13º Salário	875
6.	Comissões	877
7.	Prêmios (ou Bônus)	881
8.	Outras Parcelas Salariais	883
9.	Parcelas Peculiares do Contrato do Atleta Profissional	885

Capítulo XXII

SISTEMA DE GARANTIAS SALARIAIS 891

I.	INTRODUÇÃO	891
II.	PROTEÇÕES JURÍDICAS QUANTO AO VALOR DO SALÁRIO	892
1.	Irredutibilidade Salarial	893
2.	Correção Salarial Automática	897
3.	Patamar Salarial Mínimo Imperativo	899
III.	PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA ABUSOS DO EMPREGADOR	904
1.	Critérios Legais de Pagamento Salarial: tempo, lugar, meios	905
2.	Irredutibilidade Salarial	909
3.	Intangibilidade Salarial: controle de descontos	909
IV.	PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA DISCRIMINAÇÕES NA RELAÇÃO DE EMPREGO	913
1.	Não Discriminação e Isonomia: distinções	914
2.	Proteções Antidiscriminatórias Trabalhistas: linhas gerais	916

3.	Constituição de 1988: importância na temática antidiscriminatória	917
4.	Tradicionais Proteções Antidiscriminatórias	918
5.	Novas Proteções Antidiscriminatórias a Contar de 1988	921
6.	Antidiscriminação e Equiparação de Salários	941
7.	Antidiscriminação Salarial em Empresas com Quadro de Carreira ...	954
8.	Antidiscriminação e Substituição de Empregados	956
9.	Antidiscriminação e Terceirização Trabalhista	959
V.	PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDITORES DO EMPREGADOR	965
1.	Proteção Jurídica Mediante a Responsabilidade Trabalhista	966
2.	Proteção Jurídica na Concordata do Empregador	967
3.	Proteção Jurídica na Recuperação Judicial ou Extrajudicial	968
4.	Proteção Jurídica na Falência do Empregador	970
5.	Proteção Jurídica na Liquidação Extrajudicial do Empregador	974
VI.	PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDITORES DO EMPREGADO	974
1.	Impenhorabilidade do Salário	975
2.	Restrições à Compensação	976
3.	Crítério de Correção Monetária	977
4.	Inviabilidade da Cessão do Crédito Salarial	980

Capítulo XXIII

DURAÇÃO DO TRABALHO – JORNADA 983

I.	INTRODUÇÃO	983
1.	Jornada e Salário	983
2.	Jornada e Saúde no Trabalho	984
3.	Jornada e Emprego	986
II.	DISTINÇÕES RELEVANTES – DURAÇÃO, JORNADA, HORÁRIO	987
1.	Duração do Trabalho	988
2.	Jornada de Trabalho	988
3.	Horário de Trabalho	989
III.	COMPOSIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO	990
1.	Crítérios Básicos de Fixação da Jornada	990

2.	Critérios Especiais de Fixação da Jornada	995
3.	Jornada: tronco básico e componentes suplementares	999
4.	A Peculiaridade dos Motoristas Profissionais no Tema da Duração do Trabalho	1001
IV.	NATUREZA DAS NORMAS RELATIVAS À JORNADA: TRANSAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO	1006
1.	Natureza das Normas Relativas à Jornada	1006
2.	Transação e Flexibilização da Jornada: possibilidades e limites	1007
V.	MODALIDADES DE JORNADA – O PROBLEMA DO CONTROLE	1019
1.	Modalidades de Jornada de Trabalho	1019
2.	Jornadas Controladas	1019
3.	Jornadas Não Controladas	1021
4.	Jornada Não Tipificada: antiga regência normativa da categoria doméstica	1029
VI.	JORNADA PADRÃO DE TRABALHO	1031
VII.	JORNADAS ESPECIAIS DE TRABALHO	1032
1.	Caracterização das Jornadas Especiais	1032
2.	Categorias Específicas	1033
3.	Turnos Ininterruptos de Revezamento	1037
4.	Atividade Contínua de Digitação	1040
VIII.	JORNADA EXTRAORDINÁRIA	1043
1.	Caracterização da Jornada Extraordinária	1043
2.	Tipos de Jornadas Extraordinárias	1046
3.	Efeitos da Jornada Extraordinária	1058
IX.	TRABALHO EM REGIME DE TEMPO PARCIAL	1059
1.	Regência Normativa Provinda da Década de 1990	1060
2.	Regência Normativa Inserida pela Lei n. 13.467/2017	1064
X.	JORNADA NOTURNA	1066
1.	Parâmetros da Jornada Noturna	1067
2.	Efeitos Jurídicos da Jornada Noturna	1068
3.	Restrições ao Trabalho Noturno	1071

Capítulo XXIV**PERÍODOS DE DESCANSO: INTERVALOS, REPOUSO SEMANAL E EM****FERIADOS 1073**

I.	INTRODUÇÃO	1073
II.	INTERVALOS TRABALHISTAS: ANÁLISE JURÍDICA	1074
1.	Relevância dos Intervalos Trabalhistas	1074
2.	Modalidades de Intervalos Trabalhistas	1080
3.	Intervalos Intraornadas: caracterização e efeitos jurídicos	1080
4.	Intervalos Interornadas: caracterização e efeitos jurídicos	1088
III.	DESCANSO SEMANAL E EM FERIADOS: ANÁLISE JURÍDICA	1092
1.	Aproximação das Figuras Jurídicas	1092
2.	Descanso Semanal: caracterização e efeitos jurídicos	1095
3.	Descanso em Feriados: caracterização, especificidades e efeitos jurídicos	1103

Capítulo XXV**PERÍODOS DE DESCANSO: FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS 1107**

I.	INTRODUÇÃO	1107
1.	Objetivos das Férias	1107
2.	Normatização Aplicável	1108
II.	CARACTERIZAÇÃO	1109
III.	AQUISIÇÃO DAS FÉRIAS E SUA DURAÇÃO	1112
1.	Aquisição do Direito a Férias (Período Aquisitivo)	1112
2.	Fatores Prejudiciais à Aquisição das Férias	1113
3.	Duração das Férias Adquiridas	1115
IV.	CONCESSÃO E GOZO DAS FÉRIAS	1120
1.	Concessão Regular das Férias (Período Concessivo)	1120
2.	Concessão Extemporânea das Férias	1125
V.	FÉRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS	1126
1.	Férias Individuais: procedimentos concessivos	1126
2.	Férias Coletivas: especificidades e procedimentos concessivos	1127

VI. REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS	1130
1. Cálculo da Remuneração	1130
2. Remuneração Simples	1131
3. Remuneração Dobrada	1132
4. Terço Constitucional de Férias	1133
5. Conversão Pecuniária das Férias (Abono Pecuniário)	1135
VII. FÉRIAS E EXTINÇÃO DO CONTRATO: EFEITOS	1137
1. Férias Vencidas e Extinção Contratual	1138
2. Férias Simples e Extinção Contratual	1138
3. Férias Proporcionais e Extinção Contratual	1139
VIII. NATUREZA JURÍDICA DAS FÉRIAS	1141
IX. PRESCRIÇÃO: REGRAS APLICÁVEIS	1143
1. Contagem em Função do Término do Período Concessivo	1143
2. Contagem em Função do Término do Contrato de Trabalho	1144

Capítulo XXVI

FORMAÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	1145
I. INTRODUÇÃO	1145
II. FORMAÇÃO CONTRATUAL TRABALHISTA	1145
III. FORMAÇÃO DO CONTRATO: MOMENTO E LOCAL	1147
1. Policitação e Formação Contratual	1147
2. Formação Contratual e Competência Judicial Trabalhista	1148
IV. FORMAÇÃO CONTRATUAL: PROBLEMAS DO PRÉ-CONTRATO	1149
V. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS TRABALHISTAS: SUBJETIVAS E OBJETIVAS	1151
1. Alterações Contratuais Subjetivas	1152
2. Alterações Contratuais Objetivas	1153
VI. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: CLASSIFICAÇÃO	1153
1. Classificação Segundo a Origem	1153
2. Classificação Segundo a Obrigatoriedade	1154

3.	Classificação Segundo o Objeto	1154
4.	Classificação Segundo os Efeitos	1155
VII.	ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: PRINCÍPIOS APLICÁVEIS	1155
1.	Princípios Aplicáveis	1155
2.	Princípios Informativos: contradição aparente e compatibilização	1163
3.	CrITÉrios Autorizativos do <i>Jus Variandi</i> Empresarial	1164
VIII.	ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUALITATIVO	1166
1.	Conceituação	1166
2.	Alteração de Função	1166
IX.	ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUANTITATIVO	1176
1.	Conceito e Modalidades	1176
2.	Alteração da Duração do Trabalho: modalidades	1176
3.	Alteração de Salário: modalidades	1187
X.	ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO CIRCUNSTANCIAL	1191
1.	Conceituação	1191
2.	Alteração do Local de Trabalho no País	1191
3.	Transferência Obreira para o Exterior	1201

Capítulo XXVII

INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 1207

I.	INTRODUÇÃO	1207
II.	CONCEITO E DENOMINAÇÕES	1207
1.	Conceituação	1207
2.	Denominações	1208
III.	DISTINÇÕES RELEVANTES	1209
1.	Interrupção e Suspensão: críticas à tipologia celetista	1209
2.	Distinções Existentes	1211
IV.	SUSPENSÃO (OU SUSPENSÃO TOTAL) – CASOS TIPIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS	1212

1.	Suspensão por Motivo Alheio à Vontade Obreira	1212
2.	Suspensão por Motivo Lícito Atribuível ao Empregado	1214
3.	Suspensão por Motivo Ilícito Atribuível ao Empregado	1215
4.	Suspensão: efeitos jurídicos	1215
V.	INTERRUPÇÃO (OU SUSPENSÃO PARCIAL) – CASOS TIPIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS	1218
1.	Casos de Interrupção Contratual	1219
2.	Interrupção: efeitos jurídicos	1221
VI.	INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO: SITUAÇÕES CONTROVERTIDAS	1223
1.	Serviço Militar	1223
2.	Acidente do Trabalho ou Doença Profissional	1225
3.	Afastamento Maternidade	1227
4.	Encargos Públicos	1231
5.	Afastamento da Trabalhadora em Face de Violência (Lei Maria da Penha)	1232
VII.	CASOS EM DESTAQUE – SUSPENSÃO DISCIPLINAR E SUSPENSÃO PARA INQUÉRITO	1234
1.	Suspensão Disciplinar	1235
2.	Suspensão para Inquérito	1237
VIII.	NOVO CASO EM DESTAQUE: SUSPENSÃO PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO EMPREGADO	1241
1.	Requisitos da Nova Hipótese Suspensiva	1242
2.	Prazo Legal	1243
3.	Efeitos da Suspensão Contratual	1243
4.	MPr. n. 936/2020 (Lei n. 14.020/2000): nova hipótese de suspensão contratual pelo empregador	1246
IX.	INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO NOS CONTRATOS A TERMO	1248
1.	Regência Normativa Especial dos Contratos a Termo	1248
2.	Afastamento Acidentário e Contratos a Termo: exceção constitucional configurada	1250

3. Afastamento da Gestante em Contratos a Termo: outra exceção constitucional 1251

Capítulo XXVIII

TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO – MODALIDADES E EFEITOS ... 1255

I.	INTRODUÇÃO	1255
II.	EXTINÇÃO CONTRATUAL – PRINCÍPIOS APLICÁVEIS	1256
1.	Princípio da Continuidade da Relação de Emprego	1257
2.	Princípio das Presunções Favoráveis ao Trabalhador	1260
3.	Princípio da Norma mais Favorável	1261
III.	RESTRIÇÕES À EXTINÇÃO CONTRATUAL	1262
1.	Restrições a Contratos a Termo	1262
2.	Estabilidade e Garantias de Emprego	1263
3.	Interrupção e Suspensão Contratuais	1265
4.	Motivação da Dispensa pelo Empregador	1266
IV.	EXTINÇÃO CONTRATUAL – EVOLUÇÃO JURÍDICA NO BRASIL	1271
1.	Antigo Modelo Jurídico Celetista	1271
2.	O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho	1272
3.	Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho	1274
4.	Dispensa Coletiva: novas leituras da Constituição	1277
V.	MODALIDADES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL: TIPOLOGIAS	1280
1.	Classificação Civilista: modos normal e anormal de extinção	1281
2.	Classificação Segundo as Causas de Extinção	1283
3.	Outra Classificação: resilição, resolução e rescisão do contrato	1285
VI.	EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL	1287
1.	Extinção dos Contratos por Tempo Determinado	1287
2.	Extinção dos Contratos por Tempo Indeterminado	1290
3.	Penalidades Relativas ao Pagamento Rescisório	1302
VII.	FORMALIDADES RESCISÓRIAS	1306
1.	Capacidade do Empregado	1307

2. Homologação Rescisória: formalidades e assistência	1308
3. Rescisão via Comissões de Conciliação Prévia	1311

Capítulo XXIX

TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO LÍCITO DAS PARTES: DISPENSA SEM JUSTA CAUSA E DISPENSA MOTIVADA, MAS SEM CULPA OBREIRA. PEDIDO DE DEMISSÃO PELO EMPREGADO. RESILIÇÃO BILATERAL: EXTINÇÃO POR ACORDO E EXTINÇÃO POR ADESÃO A PDV/PDI. O INSTITUTO DO AVISO-PRÉVIO	1315
I. INTRODUÇÃO	1315
II. TÉRMINO CONTRATUAL POR ATO LÍCITO DAS PARTES – RESILIÇÃO UNILATERAL: NATUREZA JURÍDICA	1316
1. O Contraponto da Convenção 158 da OIT	1318
2. Entidades Estatais: o contraponto da motivação da dispensa	1320
III. RESILIÇÃO POR ATO EMPRESARIAL – DISPENSA INJUSTA	1321
1. Modalidades de Despedidas	1321
2. Aspectos Próprios à Despedida Injusta	1328
3. Limitações à Dispensa Injusta	1330
IV. DISPENSA MOTIVADA POR FATORES TÉCNICOS, ECONÔMICOS OU FINANCEIROS	1338
1. Convenção 158 da OIT	1338
2. Motivação da Dispensa do Servidor Celetista Concursado	1340
3. Dispensa Motivada <i>versus</i> Dispensa Arbitrária: outros aspectos	1340
V. RESILIÇÃO POR ATO OBREIRO – PEDIDO DE DEMISSÃO	1342
VI. RESILIÇÃO BILATERAL – DISTRATO TRABALHISTA: EXTINÇÃO POR ACORDO E EXTINÇÃO POR ADESÃO A PDV/PDI	1344
1. Extinção por Acordo Bilateral (novo art. 484-A, CLT)	1345
2. Extinção por Adesão do Empregado a PDV ou PDI	1345
VII. O AVISO-PRÉVIO NAS RUPTURAS CONTRATUAIS	1347
1. Conceito e Natureza Jurídica	1347
2. Cabimento do Aviso-Prévio	1348
3. Prazos, Tipos e Efeitos	1349

4. A Proporcionalidade do Pré-Aviso (Lei n. 12.506/2011)	1353
--	------

Capítulo XXX

TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADO:

DISPENSA POR JUSTA CAUSA	1357
---------------------------------------	-------------

I. INTRODUÇÃO	1357
II. CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES TRABALHISTAS: SISTEMAS PERTINENTES	1357
III. JUSTA CAUSA E FALTA GRAVE: CONCEITO E DIFERENCIAÇÃO	1359
IV. INFRAÇÕES OBREIRAS: CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES	1360
1. Requisitos Objetivos	1362
2. Requisitos Subjetivos	1363
3. Requisitos Circunstanciais	1364
V. INFRAÇÕES OBREIRAS TIPIFICADAS: JUSTAS CAUSAS	1367
1. Infrações do Art. 482 da CLT	1368
2. Outras Infrações Obreiras Tipificadas	1378
3. Infrações Obreiras em Destaque: assédio sexual e assédio moral	1382
VI. PUNIÇÕES TRABALHISTAS	1385
1. Penalidades Acolhidas	1385
2. Penalidades Rejeitadas	1388

Capítulo XXXI

TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADOR:

RESCISÃO INDIRETA	1391
--------------------------------	-------------

I. INTRODUÇÃO	1391
II. INFRAÇÃO EMPRESARIAL – APROXIMAÇÕES E ESPECIFICIDADES EM FACE DA JUSTA CAUSA OBREIRA	1391
1. Requisitos Objetivos	1392
2. Requisitos Subjetivos	1393
3. Requisitos Circunstanciais	1394
III. FIGURAS DE INFRAÇÃO EMPRESARIAL	1396

1. Infrações do Art. 483 da CLT	1396
2. Infrações Empresariais em Destaque: assédio moral; assédio sexual; assédio eleitoral; assédio religioso	1400
3. Infração Patronal Doméstica Peculiar: violência doméstica ou familiar contra mulheres	1406
IV. PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À RESCISÃO INDIRETA	1407
1. Ação Trabalhista com Pleito de Rescisão Indireta	1407
2. Rescisão Indireta e Afastamento do Empregado do Trabalho	1409
V. SITUAÇÕES ESPECIAIS DE TÉRMINO CONTRATUAL PREVISTAS NO ART. 483 DA CLT	1411
1. Desempenho de Obrigações Legais Incompatíveis	1412
2. Morte do Empregador Constituído em Firma Individual	1412
VI. TÉRMINO CONTRATUAL POR CULPA RECÍPROCA DAS PARTES	1413
VII. RESOLUÇÃO CONTRATUAL CULPOSA E CONTRATOS DOMÉSTICOS	1414

Capítulo XXXII

ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO. INDENIZAÇÕES

RESCISÓRIAS – FGTS 1417

I. INTRODUÇÃO	1417
II. AS ANTIGAS ESTABILIDADE E INDENIZAÇÃO CELETISTAS E O REGIME DO FGTS	1418
1. Antigo Modelo Jurídico Celetista	1419
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho	1420
3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho	1422
III. ESTABILIDADE NO EMPREGO	1428
1. Estabilidade Celetista	1428
2. Estabilidade do Art. 19 do ADCT da Constituição de 1988	1429
3. Estabilidade do Art. 41 da Constituição de 1988	1430
4. Estabilidade Advinda de Ato Empresarial	1433
IV. GARANTIAS DE EMPREGO (ESTABILIDADES PROVISÓRIAS)	1434
1. Estabilidades Provisórias de Origem Constitucional	1435

2.	Estabilidades Provisórias de Origem Legal	1438
V.	ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA DISPENSA IRREGULAR	1441
VI.	INDENIZAÇÕES POR TEMPO DE SERVIÇO OU RUPTURA CONTRATUAL ..	1446
1.	Antiga Indenização Rescisória e por Tempo de Serviço	1446
2.	Outras Indenizações Rescisórias	1448
VII.	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO	1450
1.	Características do FGTS	1451
2.	O FGTS como Fundo Social com Destinação Variada	1457

LIVRO III

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

Capítulo XXXIII

DIREITO COLETIVO: ASPECTOS GERAIS		1465
I.	INTRODUÇÃO	1465
II.	DENOMINAÇÃO	1466
1.	Denominações Arcaicas	1466
2.	Denominações Atuais	1467
III.	DEFINIÇÃO	1469
IV.	CONTEÚDO	1469
V.	FUNÇÃO	1471
1.	Funções Justrabalhistas Gerais	1471
2.	Funções Juscoletivas Específicas	1476
VI.	CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO E SUA RESOLUÇÃO	1477
1.	Modalidades de Conflitos Coletivos	1477
2.	Modalidades de Resolução de Conflitos Coletivos	1478
VII.	O PROBLEMA DA AUTONOMIA DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1483

*Capítulo XXXIV***PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO 1487**

I.	INTRODUÇÃO	1487
II.	PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO COLETIVO – TIPOLOGIA	1488
III.	PRINCÍPIOS ASSECURATÓRIOS DA EXISTÊNCIA DO SER COLETIVO OBREIRO	1489
1.	Princípio da Liberdade Associativa e Sindical	1490
2.	Princípio da Autonomia Sindical	1496
IV.	PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE OS SERES COLETIVOS TRABALHISTAS	1499
1.	Princípio da Interveniência Sindical na Normatização Coletiva	1500
2.	Princípio da Equivalência entre os Contratantes Coletivos	1501
3.	Princípio da Lealdade e Transparência na Negociação Coletiva	1505
V.	PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE NORMAS COLETIVAS NEGOCIADAS E NORMAS ESTATAIS	1506
1.	Princípio da Criatividade Jurídica da Negociação Coletiva	1507
2.	Princípio da Adequação Setorial Negociada	1509
VI.	NOVAS INTERPRETAÇÕES SOBRE OS PRINCÍPIOS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO: DECISÕES RECENTES DO STF	1512
1.	Decisões do STF sobre o Princípio da Adequação Setorial Negociada	1513
2.	Decisão do STF sobre o Princípio da Equivalência entre os Contratantes Coletivos	1520

*Capítulo XXXV***DIREITO COLETIVO E SINDICATO 1525**

I.	INTRODUÇÃO	1525
II.	DEFINIÇÃO	1526
III.	SISTEMAS SINDICAIS	1527
1.	Crêterios de Agregaçaça dos Trabalhadores no Sindicato	1528
2.	Unicidade <i>versus</i> Pluralidade. A Unidade Sindical	1533
IV.	ORGANIZAÇAça SINDICAL BRASILEIRA ATUAL	1538

1. Estrutura Sindical	1540
2. Registro Sindical	1543
3. Funções, Prerrogativas e Receitas Sindicais	1544
V. GARANTIAS SINDICAIS	1550
1. Garantia Provisória de Emprego	1550
2. Inamovibilidade do Dirigente Sindical	1553
3. Garantias Oriundas de Normas da OIT	1553
VI. NATUREZA JURÍDICA DO SINDICATO	1554
VII. SINDICATO: RETROSPECTIVA HISTÓRICA	1556
1. Evolução Sindical nos Países de Capitalismo Central	1558
2. Evolução Sindical no Brasil	1561
VIII. SINDICALISMO, ENTIDADES SINDICAIS E DIREITO DO TRABALHO – AVA- LIAÇÃO	1575
IX. COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DE EMPREGADOS NA EMPRESA	1577

Capítulo XXXVI

NEGOCIAÇÃO COLETIVA TRABALHISTA 1581

I. INTRODUÇÃO	1581
II. IMPORTÂNCIA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA	1582
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalistas Democráticos	1583
2. Parâmetros do Modelo Justrabalista Autoritário	1585
3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares	1586
4. Constituição de 1988 e Negociação Coletiva: novas reflexões	1588
III. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS – CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVOS DE TRABALHO	1591
1. Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: definição	1592
2. Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: distinções	1593
IV. CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – ASPECTOS CARAC- TERÍSTICOS	1594
1. CCT e ACT: normatização aplicável	1594
2. CCT e ACT: caracterização	1597

V.	DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS – CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO	1603
1.	Denominação: dubiedades	1603
2.	Caracterização	1604
VI.	DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS: EFEITOS JURÍDICOS	1604
1.	Regras Coletivas Negociadas e Regras Estadais: hierarquia	1605
2.	Regras de Convenção e Acordo Coletivos: hierarquia	1610
3.	Regras Negociais Coletivas e Contrato de Trabalho: relações	1611
VII.	NEGOCIAÇÃO COLETIVA – POSSIBILIDADES E LIMITES	1615
1.	Possibilidades e Limites: o princípio da adequação setorial negociada	1616
2.	Decisões do STF sobre Negociação Coletiva Trabalhista	1621
3.	Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017) e Negociação Coletiva ..	1629
VIII.	DIPLOMAS COLETIVOS NEGOCIADOS: NATUREZA JURÍDICA	1632
1.	Teorias Explicativas Tradicionais	1633
2.	Contrato Social Normativo	1634

Capítulo XXXVII

A GREVE NO DIREITO COLETIVO 1637

I.	INTRODUÇÃO	1637
II.	LOCAUTE	1638
1.	Caracterização	1638
2.	Distinções	1639
3.	Regência Jurídica	1640
4.	Efeitos Jurídicos	1642
III.	O INSTITUTO DA GREVE	1643
1.	Caracterização	1643
2.	Distinções	1648
3.	Extensão e Limites	1650
4.	Requisitos da Greve	1653
5.	Direitos e Deveres dos Grevistas	1654

6. Uma Especificidade: greve e serviço público	1655
7. Greve: natureza jurídica e fundamentos	1659
8. Greve: retrospectiva histórico-jurídica	1662
9. Greve: competência judicial	1666

Capítulo XXXVIII

ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO 1669

I. INTRODUÇÃO	1669
II. MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: AUTOTUTELA, AUTOCOMPOSIÇÃO, HETEROCOMPOSIÇÃO	1669
1. Autotutela	1670
2. Autocomposição	1670
3. Heterocomposição	1671
III. ARBITRAGEM NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1674
1. Distinções Relevantes	1675
2. Tipos de Arbitragem	1675
3. Arbitragem no Direito Individual do Trabalho	1677
4. Arbitragem no Direito Coletivo do Trabalho	1681
IV. MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1683
V. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA	1685
1. Enquadramento Jurídico	1686
2. Dinâmica das Comissões de Conciliação Prévia	1686

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 1691